

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 464.126 - MG (2018/0205711-1)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : LEONARDO DE PAULA DOS REIS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de LEONARDO DE PAULA DOS REIS, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (Apelação n.1.0607.17.001390-0/001).

Extrai-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 5/3/2017 e posteriormente condenado pela prática do delito tipificado no art. 155, § 4º, inciso I, c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal (furto qualificado tentado), à pena de 2 anos e 8 meses de reclusão em regime inicial semiaberto, negado o direito de recorrer em liberdade.

Irresignada, a defesa interpôs apelação perante o Tribunal de origem, o qual deu parcial provimento ao recurso nos termos do acórdão acostado às fls. 29/36.

No presente *mandamus*, alega excesso de prazo na manutenção da custódia cautelar, a qual perdura por mais de 1 ano e 5 meses, ou seja, mais da metade da pena fixada na sentença anulada para realização de exame toxicológico.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva para que o paciente aguarde em liberdade o trânsito em julgado de eventual condenação.

Indeferida a liminar (fls. 41/43) e prestadas as informações solicitadas (fls. 83/96), o Ministério Público Federal manifestou-se pela denegação da ordem (fls. 98/100).

É o relatório.

Decido.

O presente *habeas corpus* encontra-se prejudicado.

Isso porque, em contato telefônico com o cartório da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, foi informado que a apelação transitou em julgado em 4/7/2019, com baixa definitiva do processo em 16/7/2019 (Apelação n. 1.0607.17.001390-0/001).

Superior Tribunal de Justiça

Assim, não há como negar a perda superveniente do objeto deste *habeas corpus*, tendo em vista tratar-se, agora, de pena definitiva.

Ante exposto, com fundamento no art. 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente *writ*.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

